

**ESTADO E CAPITAL, EM MÉSZÁROS: RELAÇÃO DE AUTONOMIA OU  
DE COMPLEMENTO?<sup>1</sup>**

State and Capital, in Mézszáros: Autonomy or complementary relationship?

Profa. Dra. Maria Cristina Soares Paniago<sup>2</sup>

---

**RESUMO**

O objetivo dessa comunicação é discutir a possibilidade do Estado “servir” à conquista da emancipação humana e de se contrapor à lógica reprodutiva do capital, nos marcos do capitalismo globalizado. Para tanto utilizamos o livro de I. Mézszáros, *Beyond Capital*, em que se propõe a examinar os fundamentos teóricos das concepções democráticas de transformação social. A investigação do autor coloca em cheque a parcialidade da abordagem política no sentido da emancipação, e a possibilidade de autonomia do Estado em relação ao capital, tendo em vista que, para Mézszáros, o Estado desempenha um papel *complementar e inseparável* do sistema do capital.

**Palavras-Chave:** Democracia, Luta da Classe Trabalhadora, Estado, Socialismo, Reformismo.

**ABSTRACT**

The objective of that communication is to discuss the possibility of the State to "serve" to the conquest of the human emancipation and of opposing to the reproductive logic of the capital, in the marks of the capitalism globalizado. For so much we used I. Mézszáros's book, *Beyond Capital*, in that he intends to thoroughly examine the theoretical foundations of the democratic conceptions of social transformation. The author's investigation puts in check the partiality of the political approach in the sense of the emancipation, and the possibility of autonomy of the State in relation to the capital, tends in view that, for Mézszáros, the State plays a complementary and inseparable part of the system of the capital.

**Keywords:** Democracy, State, Socialism, Reformism, Working Class Struggle.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na *II Jornada Internacional de Políticas Públicas*, em 2005, na Universidade Federal do Maranhão.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social e docente da Faculdade de Serviço Social da UFAL.

## Introdução

As teorias sobre o Estado sempre suscitaram as mais entusiasmadas polêmicas e sobre ele foram depositadas enormes esperanças por aqueles comprometidos com a transformação social, principalmente durante o período de ascendência do capitalismo que possibilitou o *Welfare State*.

As diversas concepções teórico-políticas de esquerda sobre o Estado que ocupavam as pesquisas à época consideravam a possibilidade da conquista e transformação do Estado através da luta democrática no interior do sistema dominado pelo capital. Supunham ser viável a transformação ou utilização dos aparelhos e instituições do Estado pelas classes dominadas num longo processo de luta contra o capital que levaria ao socialismo<sup>3</sup>. Tal concepção fundamentava-se na convicção de que se poderia colocar o capital e o mercado sob o controle da sociedade e do interesse da maioria. Outro fundamento que sustentava tal possibilidade democrática de transformação social correspondia à avaliação de que o Estado guardaria uma certa autonomia em relação à base material de produção, podendo reverter sobre ela políticas cujos efeitos teriam um conteúdo emancipatório<sup>4</sup>.

No contexto de luta democrática que se desdobra no Brasil, a partir dos anos 80, o Estado torna-se foco de inúmeros estudos, e estímulo às mais variadas ações táticas e estratégicas. Universalização dos direitos sociais, parceria Estado-sociedade, políticas públicas orientadas para a maioria, participação e gestão democrática dos recursos públicos, tornaram-se o móvel de luta pela emancipação, e a política, o campo privilegiado e eficiente para a transformação social. Por conseguinte, o Estado, sob o controle democrático, transforma-se no instrumento mais apto à realização efetiva de tais objetivos. O Estado guardaria uma relativa autonomia em relação aos

---

<sup>3</sup> Teóricos como Kautsky e Bernstein sustentam que a democracia poderia transformar o Estado até à conquista do socialismo. No resgate dos debates que marcaram os anos 20 e 30 do séc. XX, considera Signorile (1991:194) que "há na cultura marxista uma doutrina vigorosa *da democracia que transforma o Estado* na avaliação dos processos e dos instrumentos que conduzem a classe dominada a anular sua condição subalterna e refundar no Estado as relações de poder." Utilizando uma citação de Kautsky de 1927, explicita o fundamento de tal pensamento, qual seja, que o Estado "De instrumento de opressão, passa a transformar-se em instrumento de libertação para os explorados.", deixando, por conseqüência, de significar arma dos exploradores, podendo, até mesmo, voltar-se contra seus interesses de classe.

<sup>4</sup> Para Poulantzas (1981:92) a luta de classes atravessa o interior do próprio Estado trazendo modificações nas formas de dominação da burguesia, e permitindo que as classes dominadas venham a ocupar "centros de resistência" cuja função é impor limitações "ao exercício de poder das classes dominantes". O Estado não mantém uma relação direta com as relações de produção, sendo constituído pela condensação da relação de forças entre as classes sociais. Portanto, as alterações na relação de forças entre elas podem modificar o conteúdo de classe do Estado por meio de um processo de inúmeras rupturas, revertendo sua tendência à defesa dos interesses de uma minoria.

objetivos reprodutivos do capital, podendo atender às necessidades de liberdade e participação democráticas dos trabalhadores, quem sabe, para alguns, até à conquista do socialismo.

É importante ressaltar que o sistema de exploração do trabalho pelo capital em nenhum momento é visto, por essas concepções teóricas, como empecilho às conquistas democráticas, uma vez que tais reivindicações políticas restringem-se apenas em questionar o grau e a intensidade da exploração, mas não sua continuidade.

No entanto, tais concepções tiveram que enfrentar os efeitos concretos da crise do capital e a reação neoliberal à crise, a partir dos anos 90. Os resultados da estratégia social-democrata de expansão democrática dos direitos ao trabalho sob o sistema do capital, coincidente com muitos dos objetivos visados pelas concepções que apostavam na expansão política democrática a partir da atuação no interior do Estado, não foram os esperados. Portanto, de uma estratégia baseada na expansão das garantias sociais e do pleno emprego passou-se à defesa do Estado contra a investida neoliberal, reorientando-se o debate teórico, agora polarizado pela reposição da agenda liberal.

Se continua havendo divergências teóricas quanto à concepção do Estado e os limites de sua ação transformadora, esta condição não nos isenta do compromisso de realizar uma avaliação crítica dos fundamentos da crise e do fracasso do Estado do Bem-Estar, pois é um passo imprescindível para a definição dos passos futuros da esquerda comprometida com o socialismo. O problema comum a todas as essas concepções<sup>5</sup> sobre o Estado reside em como intervir numa realidade impulsionada pela crise do capital sem ser consumido por ela e, ainda mais, tornando concreta a alternativa socialista. Para os teóricos de esquerda que se ocupam com tal tema, as dificuldades em conciliar a análise teórica com a intervenção política na realidade imediata sempre foram enormes. Portanto, prescindir de uma profunda e crítica avaliação histórica de experiências recentes não se justifica, principalmente por estarmos enfrentando com o governo do PT<sup>6</sup> uma renovação local, e atualizada para o séc.XXI, da mistificação social-democrata.

---

<sup>5</sup> Concepções que não abandonaram a possibilidade de construção de uma sociedade socialista, ao contrário dos mais eminentes representantes da social-democracia europeia que abraçaram as idéias neoliberais e se transformaram em seus mais eficientes agentes. No Brasil, o governo do PT, tem seguido esses mesmos passos.

<sup>6</sup> O governo do PT têm revelado um enorme desinteresse em reverter a estratégia política neoliberal, a qual vê na intensificação da exploração do trabalho uma das formas de enfrentamento da crise estrutural e de recuperação da margem de lucratividade do capital. Para muitos não é surpresa que a política do PT permaneça submissa à estratégia neoliberal. O conteúdo reformista de seu programa e o abandono da proposta de socialismo vêm sendo anunciados há algum tempo, e essa “evolução” serviu como garantia na obtenção do apoio político de parte da classe dominante. O governo do PT tem se detido no tratamento prioritário de questões no âmbito da política (do Estado) que interessam ao capital, aceitando a manutenção intocável das condições de exploração do trabalho no campo da produção material de riqueza, como quer o pensamento liberal-burguês.

É nesse sentido que o livro de I. Mészáros, o *Beyond Capital*<sup>7</sup> (Para Além do Capital – Boitempo Editorial, 2002) ganha relevância, pois se propõe a examinar a fundo tais resultados históricos e fundamentos teóricos das concepções democráticas de transformação social gradual, através da ação política no interior do Estado, consubstanciadas no fracasso do Estado de Bem-Estar Social. Inúmeras questões teórico-políticas levantadas por ele colocam em cheque a parcialidade da abordagem política no sentido da emancipação, e a possibilidade de autonomia do Estado em relação ao capital, tendo em vista que para este autor, o Estado desempenha um papel *complementar e inseparável* do sistema de produção dominado pela lógica do capital.

Nosso objetivo é tratar da questão do Estado e discutir a possibilidade dele “servir” à conquista da emancipação humana e, ao se fazer necessário, de se contrapor à lógica auto-reprodutiva do capital, nos marcos do capitalismo globalizado.

### **A Parcialidade da Política sob a Regência do Capital.**

Para Mészáros o fundamento do Estado Moderno é indissociável da realização irrestringível dos objetivos materiais do sistema do capital<sup>8</sup>. A sobrevivência do sistema, sempre voltado à expansão, exige uma estrutura de comando político cuja função reguladora deve estar condizente com a reprodução econômica direta.

Nesse sentido, não há como pensar o Estado como uma superestrutura em cujo seio operam "grupos de poderosíssimos 'capitães da indústria' – (...) - como verdadeiros controladores da ordem estabelecida." que tenham como tarefa "corrigir com sucesso os defeitos de todo o sistema".(61) O pressuposto presente em tal concepção é a viabilidade de se poder promover a substituição do comando do poder político do Estado (ou seja, das personificações do capital), buscando a reversão da ordem estabelecida, agora sendo orientada pelas necessidades humanas e não mais pelos objetivos de lucratividade do sistema do capital. O controle político numa nova ordem poderia realizar a transferência da propriedade privada ao Estado, supondo assim poder anular a base

<sup>7</sup> As citações estão baseadas numa tradução preliminar do original inglês, posteriormente revisada para a publicação da 1ª edição em português pela Boitempo, em 2002.

<sup>8</sup> "o princípio estruturador do Estado Moderno, em todas as suas formas - inclusive as variedades pós-capitalistas - é seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração do trabalho excedente" (MÉSZÁROS,1995:61).

material de sustentação do capital. Esse era o fundamento, segundo Mészáros (101), que orientava o funcionamento do Estado pós-capitalista soviético.

Não há entre o Estado Moderno e o capital qualquer possibilidade de independência. O fato de o Estado responder à necessidade da existência de um comando político em separado é resultado das próprias contradições internas do sistema do capital, por isso sua tarefa coesiva. No entanto, ao desempenhar tal função política, não significa dizer que ele esteja "menos preocupado em assegurar as condições da extração da mais-valia do que as próprias unidades reprodutivas econômicas diretas."(61) Daí o comprometimento da esfera política com a reprodução da base material do sistema do capital.

O Estado, de acordo com Mészáros (61-62), articula "sua própria superestrutura legal e política segundo suas inerentes determinações estruturais e funções necessárias." É assim que a superestrutura do Estado pode "assumir as formas parlamentaristas, bonapartistas ou até do tipo soviético pós-capitalista (...)". Pode ser ainda liberal ou ditatorial "conforme exijam as específicas circunstâncias históricas." De outra forma, não se poderia compreender como as alterações de sua forma, de suas superestruturas legais e políticas tão distintas, sempre corresponderam à mesma base econômica capitalista, não resultando em qualquer ameaça à continuidade do sistema. Ao contrário, a superestrutura do Estado assumiu a forma específica necessária ao controle dos antagonismos que a sustentação do sistema do capital exigia naquelas situações históricas.

O exemplo do Chile (antes e pós Pinochet) e da Alemanha (antes e pós Hitler) é utilizado por Mészáros como ilustração da relação inextricavelmente uma entre o capital e o Estado. É nesse sentido que afirma ser uma

futilidade desperdiçar tempo tentando tornar inteligível a especificidade do Estado em termos da categoria da '*autonomia*' (especialmente quando a noção é esticada para significar 'independência'), ou na sua negação. O Estado, enquanto uma estrutura compreensiva de comando político não pode ter autonomia, em qualquer sentido, do sistema do capital, já que ela acontece ser inextricavelmente uma com o último. (62)

Uma relação de autonomia não é pertinente à análise do Estado e do sistema do capital, uma vez que o primeiro, enquanto estrutura de comando político, é parte integrante da estrutura de comando próprio do segundo.(64) O que existe entre eles é uma "diversidade estrutural de funções".(58)

Há que ressaltar, no entanto, que não cabe nessa tese defendida por Mészáros qualquer relação de "determinação unidirecional" da esfera econômica sobre a política, na medida em que

para ele o Estado é "parte integrante do próprio solo material do capital", mas "de nenhum modo uma parte subordinada."(64) Tal relação é mais facilmente identificável se a entendermos como uma relação de "reciprocidade dialética entre sua estrutura de comando política e a sócio-econômica." (59).

O que melhor se aplica a essa complexa relação é a noção de "co-determinação". De acordo com nosso autor), significa que

a dinâmica do desenvolvimento não deve ser caracterizada sob a categoria do 'em consequência de' mas em termos de 'em conjunção a' sempre que se deseja fazer inteligíveis as mudanças no controle metabólico social do capital que emergem da reciprocidade dialética entre sua estrutura de comando política e a sócio-econômica. (59)

O Estado não pode ser reduzido a simples resultado das determinações econômicas porque surge exatamente para complementar as estruturas econômicas do capital, estruturadas antagonisticamente. Sua ação remediadora desses antagonismos estruturais vai corresponder, em cada dado momento, à necessária coesão exigida pelo funcionamento e expansão (constantemente ameaçados por suas próprias fragmentadas unidades produtivas isoladas) do sistema do capital como um todo. É assim, que para Mészáros (60), "Um Estado historicamente dado contribui de maneira decisiva para a determinação - no sentido já mencionado de co-determinação - das funções econômicas diretas, circunscrevendo ou estendendo a viabilidade de algumas contra outras." Cumprir sua função de comando político, apóia esta ou aquela fração do capital, mas sempre em consonância com seu papel constitutivo e sustentador do sistema do capital.

Não cabe, da mesma forma, nenhuma relação de anterioridade das formas econômicas ou de aparecimento do Estado como sua decorrência direta. O que há é o desenvolvimento de um inter-relacionamento entre as estruturas reprodutivas materiais diretas e o Estado "caracterizado pela categoria da simultaneidade e não pelas do 'antes' e do 'depois'."(59)

Essa reciprocidade dialética entre o capital e o Estado não escapa à manifestação de incompatibilidades (*mismacth*) estruturais específicas, que vão somar-se às inelimináveis contradições inerentes ao próprio modo metabólico de controle social do capital. A base da incompatibilidade entre o Estado e o capital é "a atuação humana - o sujeito social".(65)

O sistema do capital só pode existir sobre a alienação do controle dos produtores, os quais devem ser permanentemente mantidos sob sujeição, apesar da liberdade formal que lhes é atribuída. O "sujeito real da produção" se transforma em simples "fator material de produção", ficando suas necessidades sempre subordinadas aos imperativos reprodutivos objetivos do capital.

No entanto, "Para o capital, (...) o problema é que o 'fator material de produção' não pode deixar de ser o sujeito real da produção."(66) O capital<sup>9</sup>, forma objetivada da alienação do produto do trabalho do próprio sujeito real da produção, e, portanto, por ele criado, necessita do envolvimento da consciência do trabalhador no exercício de suas funções produtivas no processo de produção. Deve mantê-lo sobre controle como condição da continuidade da extração da mais-valia e da acumulação, e não pode conceder-lhe muito mais autonomia, no processo de produção, do que exigem os níveis de produtividade almejados. O funcionamento do sistema do capital é permeado pelas contradições decorrentes de um modo de controle metabólico que tem como requisito a alienação do controle dos produtores. Ao mesmo tempo em que depende deles para existir.

De outra parte, não são menores os problemas que essa contradição desencadeia na consciência do trabalhador, interditando a possibilidade de uma "paz perpétua" entre o capital e o trabalho. Pois, segundo Mészáros (67),

a recalcitrância é reproduzida diariamente através das operações normais do sistema; nem os esforços mistificadores para o estabelecimento de 'relações industriais' ideais - pela 'engenharia humana' e 'administração científica' ou induzindo os trabalhadores a comprar meia dúzia de ações, tornando-se assim 'co-proprietários' ou 'parceiros' na administração do 'capitalismo do povo', etc - nem a garantia dissuasória do Estado contra a potencial rebelião política podem eliminar por bem as aspirações emancipatórias (autocontrole) do trabalho.

O Estado cumpre o importante papel de não permitir que a "recalcitrância e rebelião potencial (...) escapem ao controle."(66) Não é por menos que nosso autor afirme como inseparáveis e ligados materialmente, não só por meio de bases político-legais, as "três dimensões fundamentais do sistema": o trabalho, o capital e o Estado. Mészáros entende que a emancipação do *trabalho* só pode se tornar minimamente possível se for acompanhada de um processo de superação do *capital*, juntamente com o desaparecimento do *Estado*<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Desde a origem, [o capital] não contém nenhum átomo de valor que não derive de trabalho alheio não-pago." É sempre "mais-valia capitalizada". (...) "Em todos os casos, a classe trabalhadora criou com o seu mais-trabalho deste ano o capital que no próximo ano ocupará trabalho adicional. Isso é o que denomina produzir capital mediante capital." É o que nos diz Marx n' O Capital. (1984:165)

<sup>10</sup> O Estado, "apenas pode ser *transcendid(o)* através da *reestruturação radical* de todas aquelas estruturas e processos sociais pelos quais el(e) necessariamente se articula." (Mészáros,1995:489)

Tendo em vista a relação de "auto-sustentação recíproca" entre essas "três dimensões fundamentais do sistema", não há como pretender que se possa superar o capital, nem mesmo cerceá-lo, por meio da política ou da transformação democrática do Estado. Uma vez que a regência do capital sobre o trabalho é fundamentalmente econômica, o papel do Estado é prover-lhe as garantias políticas necessárias à continuação da regência materialmente estabelecida.(472) Até mesmo a intervenção jurídica mais radical como a expropriação dos expropriadores não é suficiente (493) para por fim à dependência estrutural do trabalho ante o capital<sup>11</sup>, pois resulta apenas na mudança do tipo de personificação do capital, como ocorreu nas sociedades pós-capitalistas. O capital sobrevive ao capitalismo e, no devido tempo, restabelece-se como poder dominante irrestringível.

### **Considerações Finais**

Algumas das elaborações teóricas existentes de significativa repercussão político-social, no sentido de explicitar a tese central, nelas contida, de autonomia do Estado em relação ao modo de produção material da sociedade fundado na valorização do capital, admitem a possibilidade de o Estado, sob controle das classes dominadas, controlar o mercado e o ciclo reprodutivo do capital, impondo restrições à sua lógica de acumulação quando for contrária aos interesses democráticos dos trabalhadores.

Mészáros ao propor-se a analisar o Estado inserindo-o nas complexas determinações do modo de controle metabólico social do capital, consegue revelar as determinações e relações específicas do Estado, e indicar os limites inerentes à sua imbricação com o trabalho e o capital na base material. Nesse sentido, conclui ser impossível a reforma do Estado visando a conquista

---

<sup>11</sup> "A substância do capital, enquanto poder determinante, materialmente inserido, incorrigivelmente hierárquico, orientado à expansão e impulsionado pela acumulação, do processo sócio-metabólico, permanece o mesmo enquanto esse sistema - tanto nas suas formas capitalistas como na pós-capitalista - puder com sucesso exercer as funções historicamente alienadas de controle do trabalho(...). A única coisa que deve permanecer constante em relação às personificações do capital em todas as metamorfoses do pessoal de controle, ao longo dos séculos, é que sua identidade funcional deve sempre ser definida em *contraposição* ao trabalho." (Mészáros,1995:493-4)

gradual de fins emancipatórios<sup>12</sup>, na medida em que ele está tão comprometido com a exploração do trabalho quanto com os meios de reprodução do capital, sendo parte inalienável dessa articulação antagonicamente estruturada. Não há como reduzi-lo à política ou a um espaço aberto em disputa pelas classes. Sem a interveniência direta e indireta do Estado no sistema do capital, esse não se manteria em permanente expansão. Ele assegura política e materialmente a base da reprodução ampliada do capital e é inseparável dele, não restando espaços a serem conquistados que venham a se voltar contra sua própria razão de ser.

O Estado Moderno cumpre apenas a função de remediador das contradições, mas em nenhum sentido que possa ameaçar a reprodução do sistema do capital como um todo. Até mesmo quando os benefícios podem ser usufruídos pelo antagonista imediato do capital - o trabalho, como no *Welfare State*, a intervenção do Estado é sempre orientada por seu papel de facilitador da acumulação e expansão do capital.

A ação do Estado como agente totalizador e facilitador só pode encontrar "um equilíbrio - e não a devida *resolução* - de conflito estritamente temporário." Na existência de conflitos entre Estados nacionais dominantes ou internamente entre unidades produtivas isoladas acaba por predominar os interesses do capital como força controladora global, e o que era visto como um equilíbrio de forças resulta "a qualquer dado momento (...) na imposição/aceite da prevalecente relação de forças, ao mesmo tempo visando sua derrubada, quando as circunstâncias permitirem." Pois o que continua a vigorar, enquanto *modus operandi* do sistema do capital, é o "axioma do *bellum omnium contra omnes*", uma vez que "como sistema de controle metabólico social, ele está estruturado de maneira antagônica das menores às mais abrangentes unidades sócio-econômicas e políticas." (55)

Nem mesmo a existência de um "Governo Mundial", caso fosse possível, e seu "correspondente sistema estatal" poderia eliminar a tendência explosiva de um sistema antagonicamente estruturado mediante "conflitos de interesses irreconciliáveis, centrados na separação radical e alienação do controle dos produtores" (55-56).

A compreensão dessa "relação de auto-sustentação recíproca" entre trabalho, capital e Estado, no entanto, não é suficiente para nos tornarmos capazes de superar o sistema do capital<sup>13</sup> e

---

<sup>12</sup> "Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado -- capital, trabalho e Estado --, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente também superar o capital e Estado." (Mészáros, 1995:494)

<sup>13</sup> Ou nas palavras de Mészáros (1995:479), "ser capaz de continuar a luta contra o poder do capital ao nível em que de fato importa: muito além das falsas mediações da própria política, no próprio solo material do capital."

as formas de exploração do trabalhador nele implícitas. A pesquisa sobre os fundamentos ontológicos do Estado pode nos alertar para o perigo das “falsas mediações” ou da crença na suficiência da emancipação política, as quais têm tornado cada vez mais distante a possibilidade de construção de uma sociedade emancipada de todo tipo de exploração.

Todavia, o desafio histórico de identificarmos os meios concretos (objetivos e subjetivos) pelos quais a classe trabalhadora possa empreender uma luta de classes exitosa no sentido de alcançar a emancipação humana, nos termos colocados por Marx, ainda está por ser vencido. Compreender as razões do refluxo da luta pelo socialismo pelos trabalhadores e suas organizações de classe, da sobrevivência da lógica do capital mesmo ameaçada pela crise estrutural, e da crise do marxismo expressa, entre outros fatores, no envolvimento dos mais competentes pensadores com a alternativa democrática (socialismo democrático, humanização do capitalismo, mercado e socialismo, etc...) de controle do mercado e do capital pelo trabalho, demanda um conjunto de novas pesquisas com as quais nos devemos comprometer. Pois deixar o fluxo da história seguir o rumo destrutivo do capital, sem a intervenção de um sujeito histórico ativo e consciente de seu papel revolucionário, pode colocar em xeque o próprio futuro da humanidade.

### **Referências**

MARX, K. **O Capital – Vol.I, Livro II**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, I. **Beyond Capital**. Londres: Merlin Press, 1995.

SIGNORILE, C. “A Democracia que Transforma o Estado”. In: Bobbio, N. (et al.) **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

POULANTZAS, N. “O Estado, o Poder e Nós”. In: Balibar, E. (et al.) **O Estado em Discussão**. Lisboa: Edições 70, 1981.